



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INTEGRAR X INCLUIR
EDUCAR NA DIVERSIDADE**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Fabiane Julieta Boeck

**Agudo, RS, Brasil
2010**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INTEGRAR X INCLUIR EDUCAR NA DIVERSIDADE

por

Fabiane Julieta Boeck

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof^a Dranda. Marilú Favarin Marin

Agudo, RS, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INTEGRAR X INCLUIR
EDUCAR NA DIVERSIDADE**

elaborada por
Fabiane Julieta Boeck

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profa. Dranda. Marilú Favarin Marin
(Presidente/Orientador)

Dr^a Sueli Menezes Pereira (UFSM)

Dr^a Débora Teixeira de Mello (UFSM)

Santa Maria, 10 de agosto de 2010.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos...

Agradeço primeiramente a Deus, no qual busquei forças e coragem para realização deste trabalho.

A minha família, sempre presente em todos os momentos importantes de minha caminhada.

Ao meu marido Michel pela confiança e apoio, principalmente nos momentos de ausência devido aos estudos.

À minha orientadora Profa. Dranda. Marilú Favarin Marin por ter acreditado na conclusão deste trabalho e pelas sugestões sempre muito significativas.

A toda equipe diretiva da escola Santos Dumont por ter permitido que a pesquisa fosse realizada, possibilitando meu crescimento enquanto educadora.

Aos colegas da escola pela disposição em colaborarem durante o processo de coleta de dados do trabalho.

Aos professores e coordenador do curso de especialização em Gestão Educacional pelas trocas de conhecimentos possibilitadas no decorrer desta caminhada.

Aos amigos Hildo, Suziane, Emanuelli, Riviele, Eliane pelo empréstimo de material bibliográfico, em especial ao amigo Hildo por acreditar em meu potencial e incentivar a realização do presente trabalho.

Aos amigos e colegas de trabalho pelo apoio e incentivo.

A alma se alimenta de significados.
E o significado acontece quando estamos
perto das realizações, presentes nos atos por
mais simples que sejam.
Jorge Trevisol.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INTEGRAR X INCLUIR EDUCAR NA DIVERSIDADE

AUTORA: FABIANE JULIETA BOECK

ORIENTADOR: MARILÚ FAVARIN MARIN

Data e Local da Defesa: Agudo/RS, 18 de setembro de 2010.

Neste trabalho constam idéias relativas às práticas docentes a partir da análise das ações de professores visando suscitar reflexões que provoquem a busca de um novo paradigma, que expresse atitudes mais inovadoras, respondendo às expectativas e necessidades dos tempos atuais no que tange a educação inclusiva: integrar x incluir educar na diversidade. Diante dos diversos aspectos abordados, realizou-se um breve histórico da Educação Especial, uma análise de realidade escolar, a importância da família para o desenvolvimento e aprendizagem da criança com necessidades educacionais especiais, a contribuição da teoria de Vygotski e da escola para todos, as dificuldades de aprendizagens, o educador e o desafio da prática pedagógica na educação inclusiva. A partir dos dados coletados verificou-se a preocupação dos professores em relação aos alunos inclusos nas classes regulares, mas ao mesmo tempo pode-se perceber que em sua formação não receberam suporte para desenvolver um trabalho significativo com os mesmos. Neste sentido, busca-se trabalhar um referencial teórico que fundamenta o fazer didático do professor, dentro de uma perspectiva onde a construção do saber se sobressaia à reprodução. É com esta intenção que se realiza este trabalho de pesquisa bibliográfica, para servir de sugestão para os educadores repensarem suas práticas pedagógicas.

Palavras – chave: Educação – Inclusão - Exclusão

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INTEGRAR X INCLUIR EDUCAR NA DIVERSIDADE

AUTHOR: FABIANE JULIETA BOECK

ADVISER: MARILÚ FAVARIN MARIN

Data e Local da Defesa: Agudo/RS, 18 de setembro de 2010.

This work included ideas on teaching practices from the analysis of actions aimed at raising teachers' reflections that cause the search for a new paradigm, to express attitudes more innovative, responding to the expectations and needs of the present time with respect to inclusive education: integrating x include educating in diversity. Among the many different aspects that deal, there was a brief history of Special Education, analysis of the school reality, the family, child development and learning, theory of Vygotsky, and the school for all, the difficulties of learning, the educator and challenge of teaching practice in inclusive education. As the need for transformation of attitudes, the training of professionals and also the importance of engaging in the proposal of the school, which is alerted to the need of the change of the conservative behavior of the educational environment. From the basis collected there was a concern of teachers in relation to the students included in regular classes, but at the same time we can see that in their training did not receive support to develop a meaningful work with them. In this sense, we try to work a theoretical underpinning to the teaching of the teacher, within a perspective where the construction of knowledge stands out to play. It is with this intention is realized that this work of bibliographic research, and to provide suggestions for educators r their teaching practices.

Key-words: education – inclusion - exclusion

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	09
I	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	13
II	ANÁLISE DE UMA REALIDADE ESCOLAR	20
III	FAMÍLIA, NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E ESCOLA	26
IV	ALGUMAS ANÁLISES E REFLEXÕES	34
V	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
VI	REFERÊNCIAS	40
	APÊNDICES	42
	APÊNDICE 1 - Questionário aplicado aos professores da escola	43
	APÊNDICE 2 - Questionário aplicado à professora de Educação Especial da escola	50
	APÊNDICE 3 – Carta de Liberação das Entrevistas e Questionários para Publicação	52

1. APRESENTAÇÃO

O presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de observar a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em classes regulares e conseqüentemente resgatar as opiniões dos professores sobre o tema, considerando as adaptações metodológicas necessárias para o atendimento destes alunos em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental localizada na região central do Rio Grande do Sul.

A escola encontra-se inserida em uma comunidade muito carente, onde a grande maioria das famílias recebe o auxílio bolsa família, com o qual sobrevive o mês, não atendendo a todas as necessidades básicas necessárias. A comunidade vive em uma “Vila” e a sociedade vê estas pessoas como marginais causadores da desordem na cidade, acontece um fato com eles e já surge o comentário “só podia ser da Vila”, o preconceito e a exclusão social já iniciam aqui. Devido aos problemas e ao preconceito, muitos professores têm resistência em atuar na referida escola, ou ficam por algum tempo e solicitam remanejamento, percebe-se o desgosto em trabalhar ali. Os que ficam, muitas vezes sem opção de remanejamento, realizam um trabalho sem muita excitação, pois estão na “Vila” e lá tanto faz, mas há, porém os que amam a escola, se dedicam e se comprometem, realizando um ótimo trabalho, proporcionando aprendizagens significativas, alegrias e vitórias na vida destas crianças.

Refletindo sobre leituras realizadas, optei pelo tema Inclusão, tão discutido, analisado, avaliado e incompreendido por educadores e membros da sociedade. A grande maioria de nossas escolas não possui uma política voltada para a inclusão, as crianças com necessidades educacionais especiais estão integradas em nossas salas de aula regular, mas os currículos, as metodologias, os recursos educativos, os profissionais não estão completamente preparados para receber e trabalhar com elas, desenvolvendo neste aluno suas capacidades intelectuais e educacionais.

O interesse para desenvolver esta pesquisa surgiu quando eu, que atuo nesta escola há cinco anos, recebi minha primeira turma, composta por onze alunos todos com alguma necessidade educacional especial e a maioria com problemas de aprendizagem, frente a isso, se pode afirmar que as escolas não têm uma política de inclusão. Sentindo-me um “peixe fora d’água”, já havia participado de inúmeros cursos sobre o tema inclusão, mas não havia experimentado ter um aluno incluso. Precisei me esforçar, procurar entender e desenvolver meu trabalho também voltado

àqueles alunos, com significado para eles, realizando inúmeras adaptações metodológicas. A experiência foi maravilhosa e me levou ao presente estudo. Foi um grande desafio, principalmente pela falta de conhecimento sobre o assunto inclusão. Este foi um incentivo para a escolha do curso e principalmente do tema do referido trabalho, que causa tanta discussão e poucos resultados.

Acredito que cada inclusão deve ser minuciosamente analisada para que atinja bons resultados. Precisamos de tantas coisas para atender esses alunos e já está no momento de arregaçarmos as mangas e solicitar apoio dos governantes, legisladores, para que possamos juntos levar a inclusão além papel.

Esta pesquisa se justifica devido ao grande número de alunos com necessidades educacionais especiais inclusos em classes regulares nesta escola. A realidade é preocupante, pois o professor precisa dar significado à aprendizagem deste aluno, e não apenas contar mais um na lista de chamada, sabe-se que a maioria dos professores vem de cursos de formação sem preparo para atuar com estes alunos, então procuram apoio da Educadora Especial, que tem o mínimo de tempo para atendê-los, devido seu horário de atendimento aos alunos, que encontra-se superlotado, com alunos na fila de espera para atendimento. Retrato da realidade escolar, no período que tanto se enfatiza a inclusão, os suportes para que ela se torne real são mínimos.

No desenvolvimento do referido trabalho utilizou-se como embasamento uma pesquisa qualitativa fundamentada no estudo de caso, os dados foram obtidos com entrevistas realizadas com professores, equipe diretiva e Educadora Especial da escola, para se ter uma ideia de como eles vivenciam e trabalham a inclusão, suas angústias, desejos, necessidades e acima de tudo sua relação com os alunos com necessidades educacionais especiais.

A escolha da pesquisa qualitativa justifica-se pela necessidade de se buscar informações através das opiniões, dos fatos, dos significados e principalmente da interação entre ambos. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador é o principal agente, suas contribuições refletem em importantes dados para o estudo. O estudo qualitativo, conforme Lüdke; André (1986, p.18) “é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. Este tipo de estudo parte de fatos vivenciados em determinada realidade escolar, nos quais a pesquisa focará seus estudos. O objetivo é explorar e conhecer a realidade das classes regulares com alunos inclusos em uma escola em particular, o define o trabalho em um estudo

de caso, com a intenção de focar as investigações na referida realidade. Segundo Lüdke e André (1986), o estudo de caso deve ser rico em dados descritivos, ter flexibilidade e abertura e contextualização em determinada realidade.

As referidas autoras descrevem a necessidade de se escolher o estudo de caso quando o objetivo for estudar algo singular e como o nome diz, é o estudo de caso em particular.

O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.17).

Dentro desta perspectiva e a pesquisadora fazendo parte integrante do quadro de professores da referida escola, tendo em sua própria sala de aula alunos com necessidades educacionais especiais incluídos, a coleta de dados e o convívio com a realidade devem ter, acredita-se, contribuído da maneira positiva para o desenvolvimento da pesquisa, que tem por objetivo realizar um estudo sobre o histórico da Educação Especial, descrevendo os caminhos percorridos por esta. Discorre em seu primeiro capítulo o passado e presente da Educação Especial, contribuindo para um entendimento dos avanços desta, perante os diferentes conceitos, nomenclaturas, atitudes, percepções, atenções, orientações e acima de tudo caminhos a serem seguidos para construir uma educação de qualidade para as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Estudos realizados no capítulo anterior oferecem apoio ao seguinte, em seu aspecto referente à análise da realidade escolar. Este capítulo traz um diagnóstico de uma realidade vivida pelos professores, uma vez que existem inúmeros alunos com necessidades educacionais especiais matriculados e incluídos nas classes regulares da escola.

O capítulo seguinte centra sua atenção ao referencial teórico do presente estudo, onde se desenvolve um apanhado sobre a importância da família presente no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como o desafio que o educador encontra em desenvolver um trabalho significativo com estes alunos, sua atuação na educação inclusiva, suas frustrações perante seu despreparo na formação acadêmica, as contribuições da Teoria de Vygotski e os conceitos Necessidades Educacionais Especiais, Inclusão e Exclusão.

No capítulo seguinte realizam-se algumas análises e reflexões sobre educação, integração, inclusão e o que se espera da educação inclusiva; bem como oferecer apoio pedagógico às pessoas engajadas neste novo fazer pedagógico, voltado a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino, promovendo uma educação de qualidade, uma escola para todos.

No capítulo V desenvolve-se um texto voltado às considerações finais, no qual retoma-se o tema, o trabalho desenvolvido, os dados coletados, as análises da realidade e destacam-se as metas e objetivos alcançados, realização do presente estudo e busca oferecer orientações para a compreensão e construção da educação inclusiva, voltada à aprendizagens significativas e prazerosas a todos os alunos, em especial aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O ser humano tem necessidade de convívio com outros seres humanos. Compreender e respeitar as diferenças são fundamentais nessa convivência. A educação é a principal forma de contribuir com o ser humano nessa sobrevivência. É a base formadora de toda e qualquer sociedade, na qual cada ser é único, pensa e age de acordo com suas concepções. É a educação que mantém viva a memória de um povo e dá condições para a sua sobrevivência.

O compromisso assumido pela escola é de extrema relevância na sociedade, tendo em vista sua responsabilidade em transmitir para as gerações mais jovens os conhecimentos socialmente construídos e reconhecidos como válidos na sociedade na qual está inserida. Nela são depositadas expectativas relacionadas à efetiva inserção dos sujeitos na sociedade em que vivem. A sociedade contemporânea brasileira vive um momento cultural contrário à discriminação dos indivíduos ou grupos que apresentam diferenças significativas e, conseqüentemente, cresce a demanda por uma sociedade inclusiva. Apesar de o preconceito persistir, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, através da Resolução CNE/CEB nº.2/2002, no artigo 2º determina que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”

A citação evita a discriminação quanto à matrícula de alunos com deficiência nas escolas regulares no Brasil. A Educação vem sofrendo grandes mudanças ao longo dos anos, consolidando-se em uma educação voltada a diversidade.

A história da Educação Especial vem-se modificando com o passar do tempo. Na Antiguidade, crianças que apresentavam alguma deficiência eram consideradas demoníacas (provindas do demônio), os bebês eram abandonados à própria sorte, em beiras de rios e até mesmo exterminados da sociedade. Sociedade esta que se

¹ Carta Constitucional de 1988; Lei Federal no. 7853/89 (dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), Lei no. 9394/96 (institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Decreto Federal no. 3298/99 (Regulamenta a Lei 7853/89 e Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), Lei no. 10.172, de 09 de janeiro de 2001 (aprova o Plano Nacional de Educação), Resolução CNE no. 02, de 11 de setembro de 2001 (institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica).

mantinha organizada em duas camadas sociais: os ricos e os escravos, onde a normalidade era regra. Crianças deficientes rompiam o padrão da normalidade e precisavam ser eliminadas, praticava-se o infanticídio (assassinato de recém nascidos). Os abandonados eram resgatados por escravos ou pessoas pobres para trabalhar em circos ou pedir esmolas. (Corrêa, 2004).

Persistiu por vários anos a exclusão total dos indivíduos que apresentavam algum tipo de deficiência, ficando estes a mercê de toda forma de convívio social. Segundo Lunardi (2003, p.71):

A ação caritativa da igreja aparece com mais força através da criação dos primeiros asilos ou instituições de beneficência, as quais se limitavam a prestar um nível elementar de assistência e de proteção. É nesse contexto que as práticas de infanticídio vão cedendo lugar a outras formas de exclusão: abandono, ocultamento das crianças deficientes por parte dos pais, isolamento, resistência e segregação social.

Na Idade Média a sociedade compunha-se de três classes sociais: o Clero, a nobreza e o povo. Em virtude de o Clero constituir a primeira classe da sociedade medieval e ser composto pelo Papa, Bispo, Párocos e demais religiosos que viviam nos conventos, a Igreja passou a controlar a vida em sociedade, ditando regras de como deveriam agir e prosseguir. Esta condenou o infanticídio, e passou a considerar que as pessoas com deficiência tinham uma relação intrínseca com o demônio, o pecado, o errado. De acordo com Mazzotta (1996, p.16):

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como "imagem e semelhança de Deus", ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo "parecidos com Deus", os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana.

Sendo Deus o modelo ideal e o ser humano considerado imagem e semelhança do mesmo, as pessoas com deficiência além da marginalização, agora sofrem também com o descaso e desrespeito dos demais. Não se encontravam ainda interesses médicos, científicos e/ou educacionais preocupados em entender e auxiliar essas pessoas.

Durante a modernidade ocorreu o surgimento do sistema mercantil, no qual se fortalecem as relações entre a burguesia e o Estado. A igreja perde seu poder para os valores antropológicos, ciência que estuda a origem, a evolução, os costumes da espécie humana. Surgem os estudos voltados aos aspectos médicos, científicos, pedagógicos, abandonando a relação da deficiência com o misticismo. Neste período surge como incentivo ao trabalhador o pagamento de salários pelos

serviços prestados, também crescem os experimentos científicos que têm como base a natureza, que é observada pelos cientistas e serve de apoio a seus estudos. A igreja perde também o poder de determinar os fatos como verdadeiros, e que ninguém ousava questionar a veracidade dos mesmos.

A medicina inicia seus estudos e promove explicações sobre inúmeros fatores, desenvolvem teses que explicam a origem das deficiências, saindo do contexto espiritual para o contexto das causas naturais. Estudos revelam que as deficiências estão ligadas a fatores hereditários, herança genética e como tal não há possibilidade de cura e sim de aceitação e respeito pela pessoa deficiente.

Na Idade Contemporânea, marcada por inúmeras guerras e principalmente pela Revolução Industrial, a pessoa com deficiência precisava se tornar de alguma maneira produtiva e lucrativa para a sociedade. Os poucos conhecimentos em relação a essas pessoas foram aprimorados, primeiramente com aspectos médico/psicológico e posteriormente pedagógico/metodológico, surgindo assim, calorosas discussões e propostas de integração e consequentemente inclusão, com objetivo de promover condições para a formação integral das pessoas com necessidades educacionais especiais. Cabe ressaltar a diferença nas nomenclaturas destinada às pessoas, até a Idade Moderna era tido como pessoas com deficiência e no início do século XX, passam a ser nomeadas como pessoas com necessidades educacionais especiais.

A Educação Especial passou por inúmeros acontecimentos, modificações e adaptações em sua história, podendo ser observado que em quase todas elas, cabia a quem estava no poder, quem tinha mais condições sociais, decidir o que era correto ou errado no modelo socialista perfeito a ser seguido e responsável pela vida em sociedade. Decidindo até mesmo que vive e quem morre em determinado tempo histórico.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. Além dos institutos mencionados, outras iniciativas de atendimento particular ou oficial se destacaram no Brasil: em 1835, apresentação do Projeto de Lei para criação do cargo de professor de Primeiras Letras para o ensino de cegos e surdos-mudos; em 1926, o Instituto Pestalozzi de Canoas; em 1928, o Instituto de Cegos Padre Chico, em São Paulo; em 1929, o Instituto Santa Terezinha

para pessoas com deficiência auditiva, em São Paulo; a partir de 1931, o atendimento às pessoas com deficiência física, na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; em 1935, o Instituto Pestalozzi de Minas Gerais com a colaboração da professora Helena Antipoff; em 1943, o Lar-Escola São Francisco, em São Paulo; em 1946, a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, em São Paulo; em 1950, a Associação de assistência à Criança Defeituosa (AACD), em São Paulo; em 1948 a Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro; em 1952, a Sociedade Pestalozzi de São Paulo e também o Núcleo Educacional para Crianças Surdas, atualmente denominado Escola Municipal Helen Keller, São Paulo; em 1954, o Instituto Educacional São Paulo Para crianças com deficiência auditiva e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE no Rio de Janeiro.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº. 4.024/61, que aponta em seu **Art. 88º Art. 89º**, o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Lei nº. 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, em seu **Art. 9º** passa a definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, através do Decreto nº. 72425, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob o escudo integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do estado.

Nesse período, não se efetiva uma política de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “política especial” para tratar da educação de alunos com deficiência. No que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere às suas singularidades de aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (**Art.3º**, inciso IV). Define, no artigo 205 a educação como um direito de todos, garantindo o pleno

desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (**Art.208**).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº. 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino”. Também nessa época, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) sugere que “cada pessoa – criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem.”, e a Declaração de Salamanca (1994) na qual fica proclamado que “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,” passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. A Declaração de Salamanca (1994) não aborta as escolas especiais, mas propõe que se retire da experiência destas, as propostas e contribuições da implementação da educação inclusiva na rede regular de ensino e enfatiza a preocupação em atender a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, em especial os que residem na zona rural, motivo pelo qual muitas vezes não recebem o atendimento especializado, bem como expandir este atendimento a todas as redes escolares, tanto estaduais, como municipais e privadas.

A Declaração de Salamanca (1994) tem como conceito de escola integradora àquelas que recebem todos os alunos, inclusive os com necessidades educacionais especiais e desenvolvem um trabalho voltado aos aspectos físicos, sociais e funcionais. Em relação aos aspectos físicos podemos citar o ambiente escolar, preparado para receber os alunos, com as adaptações necessárias, como corrimão, escadas com acesso para cadeirantes, banheiros adaptados, materiais didáticos e pedagógicos que possam atender às necessidades dos alunos. Sabe-se que muito ainda precisa ser melhorado e modificado neste aspecto, mas a Declaração de Salamanca (1994) traz em seu texto a preocupação com o mesmo.

No aspecto social a escola pode elaborar trabalhos e atividades a fim de evitar a exclusão e a discriminação da sociedade em relação às pessoas com necessidade educacionais especiais, mostrando o potencial destas, a capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento, o que acarreta no aspecto funcional,

preparando o aluno para atuar no mercado de trabalho. É esta escola proposta na Declaração de Salamanca (1994), uma escola integradora, que aceite e trabalhe na diversidade, sem preconceitos e com o objetivo de promover o desenvolvimento e a aprendizagem.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas no ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (MEC, p.10). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial. Esta proposta tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com necessidade educacionais especiais, enfatizando a importância destes receberem atendimento especializado em toda sua vida escolar, da Educação Infantil ao Ensino Superior, promovendo aos professores formação adequada para realizar este atendimento com estabilidade, segurança, sabendo como desenvolver a diversidade pedagógica, ofertando atividades diferenciadas com sentido, capazes de desenvolver a aprendizagem dos alunos. A escola também merece atendimento especializado, ela necessita espaços físicos adequados para receber seus alunos, bem como recursos pedagógicos.

A educação especial deve estar presente em todos os níveis de escolaridade, como apoio permanente para o aluno com necessidades educacionais especiais. É através dela que se garante a permanência na escola e a aprendizagem significativa para ele. Em 1994 com a criação da Declaração de Salamanca e da Política Nacional de Educação Especial é o momento político que dá maior ênfase à educação especial, garantindo e reforçando o direito ao atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 assegura aos educandos com necessidades educacionais especiais diversos parâmetros que servirão de base para consolidar o processo ensino-aprendizagem desses alunos, indica que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para

atender às suas necessidades (**Art. 59**); assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências (**Art. 59**); e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar (**Art. 59**). Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (**Art.24**, inciso V).

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

As necessidades educacionais especiais dos alunos, advindas de suas deficiências, não deveriam ser por si mesmas uma barreira para o ingresso e permanência na escola regular, desde que essa estivesse equipada com os recursos didático-pedagógicos específicos e profissionais capacitados para lidar com a diversidade dos alunos, atuando na perspectiva da educação democrática, com possibilidades de autonomia para todos.

3. ANÁLISE DA REALIDADE ESCOLAR

A educação já apresenta inúmeros avanços em sua caminhada, possui autonomia para elaborar seu PP (Projeto Pedagógico), as eleições de diretores são realizadas de maneira democrática, os professores e a comunidade escolar de um modo geral através de seus representantes são convidados a participar de reuniões para tomada de decisões, bem como palestras, fóruns, debates, cursos, reuniões de estudos, entre outros. Todo profissional da educação deve propor atividades diferenciadas a seus alunos, incentivar e aguçar sua curiosidade, oferecer métodos adequados a sua realidade, buscar inovar sempre.

Alunos com necessidades educacionais especiais estão cada vez mais presentes em nossas práticas educativas e como vimos no capítulo anterior o conceito de inclusão, ou melhor, a Educação Especial em sua evolução histórica, aponta para a necessidade de aprofundar a questão da diversidade. Promover a educação inclusiva requer dedicação, esforço, estudo e preparação por parte da escola e dos profissionais. Os objetivos da educação de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais são os mesmos destinados à outras crianças e jovens, em alguns casos esta educação necessita de apoio através de recursos apropriados para atender à estas necessidades e até mesmo de recursos humanos capacitados no atendimento a este aluno. Muitas vezes o mesmo precisa de atendimento individual em sala de recursos ou faz-se imprescindível um encaminhamento, uma orientação ou a viabilização para o atendimento diferenciado, ainda que social ou médico.

Refletindo sobre isso, pode-se citar Omote (1990, p.12):

(...) a deficiência não é simplesmente uma qualidade presente no organismo ou no comportamento da pessoa deficiente, mas se define pela natureza da relação entre esta e quem a considera deficiente.

As diferenças e particularidades de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais são muitas vezes percebidas pelas pessoas e estas influenciam na aquisição do conhecimento formal oferecido pelas escolas, nas no processo educativo é necessário que o professor trabalhe de maneira a incluir esses alunos no grupo, tornando a convivência agradável, onde são aceitas e respeitadas suas limitações, oferecendo um ensino de qualidade a todos.

Na atual realidade percebe-se que o educador não se encontra preparado para trabalhar e desenvolver uma aprendizagem significativa, com objetivos de

promover a real inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, este tenta da melhor maneira possível manter os alunos inclusos em sua sala, mas busca pouca adequação curricular em seu fazer pedagógico. Durante o processo de coleta de dados em uma escola da rede municipal de ensino, localizada na região central do Rio Grande do Sul, de comunidade carente, que atende trezentos alunos em dois turnos, manhã e tarde, do 1º ao 9º ano. A escola conta com uma equipe diretiva atuante em prol do bom funcionamento da escola e professores com graduação em sua área, preocupados e engajados para realizar da melhor maneira a educação inclusiva e uma Educadora Especial, responsável pelo atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais. Entre os professores entrevistados surgiram depoimentos com as seguintes falas de professores que trabalham na escola e vivenciam a realidade da Educação Inclusiva, nesta ordem:

“Como não tenho formação para tal faço com que ela sinta-se bem na minha aula. Dou-lhe afeto, tenho certeza que 4 horas por dia numa sala como eu a vejo é um tédio.” (Professor A).

“Procuro atendê-los da melhor forma possível, respeitando suas limitações, mas sinto que não tenho formação para trabalhar com esses alunos,” (Professor B).

“(...) sinto-me frustrada, pois não consigo dar a atenção que eles merecem.” (professor E).

Nesse sentido, os professores não conseguem dar sentido a educação inclusiva, pois a matriz curricular do seu curso de formação não lhes proporcionou estudos, textos, discussões, teorias de embasamento, práticas com alunos incluídos. Claro que muitos procuram apoio da Educadora Especial que atua na escola atendendo aos alunos incluídos, se dedicam a estudar um pouco sobre o assunto, mas continuam com dúvidas, frustrações, medos, angústias pois se tem necessidade de um embasamento teórico a respeito do tema, algo que lhes façam compreender o aluno e proporcionar a ele um ensino de qualidade e de significados.

O descaso de alguns profissionais da educação também é evidenciado nas falas dos mesmos, pois nos colocam que trabalham o aluno da melhor forma possível e muitas vezes não realizam nenhuma adaptação curricular, devido a não sentir necessidade.

“Para ser sincera, não uso formas diferenciadas de ensino apenas tento orientá-los de forma mais simples e diminuo a exigência.” (professor F).

“Alguns recebem atividades diferenciadas quando a dificuldade é maior, outros peço ajuda para os colegas ajudarem e explicarem, deixo usar calculadora.” (professor G).

Todo indivíduo é único no mundo e merece atenção, carinho, dedicação, ser reconhecido como ser humano, que sente, cria, produz, orienta e necessita de apoio. Encontram em seu caminho dificuldades e sucessos, amor e ódio, alegrias e tristezas, dor e saudade, certezas e incertezas. O educador preocupado com seu fazer pedagógico procura dar a seu aluno uma aprendizagem significativa, capaz de possibilitar a ele a construção de seu conhecimento, mudar sua realidade, atribuir aos conteúdos significados reais e importantes. De acordo com Coll (1994, p.151):

A atitude favorável para a aprendizagem significativa faz referência a uma intencionalidade do aluno para relacionar o novo material de aprendizagem com o que já conhece, com os conceitos adquiridos previamente, com os significados já construídos.

Nós educadores não podemos exigir que os alunos nos apresentem os mesmos resultados em determinado conteúdo, uma vez que cada um tem seu modo de vida, seu cotidiano, suas vivências, e estas interferem em sua vida escolar, estão presentes, não são estanques, e conseqüentemente interferem nas decisões, relações e significados. É o que nos coloca Coll (1994, p. 149):

(...) significados têm uma amplitude e uma riqueza nitidamente distinta.

(...) a maior tarefa que se apresenta às escolas é criar ambientes de aprendizagem que fomentem a equidade em relação aos resultados educativos de todos os alunos. O ponto de partida deveria consistir na identificação das práticas que negam um acesso igual ao currículo e reconhecer as práticas que facilitam esse acesso.

Tal postura exige uma nova forma de pensar, capaz de descobrir novas projeções para as necessidades do momento. Mentalidade aberta, ação consciente e significativa revelam uma postura de “educador reflexivo”, criando assim, “educando reflexivo”. Para que esta situação se torne uma constante, exige que o educador saiba usufruir de seu saber acumulado e usá-lo a cada desafio que for submetido, principalmente, se a formação específica ao seu campo de trabalho for precária, no sentido de não prepará-lo para assumir competentemente sua atividade.

Desta falta de preparo, que gera inseguranças, decorre a resistência às novas formas de agir. Para nos protegermos dessa prática precisamos ter consciência de como aprendemos e como repassamos os conhecimentos adquiridos. E aí, estamos ligados novamente à ação que o professor exerce. Tal como consta Bueno (1998) citado por Nunes, Glat, Ferreira e Mendes (1998, p. 70):

A formação universitária do professor especial foi incluída como habilitação da Pedagogia, a qual, via de regra, trata a formação docente como subproduto da formação do especialista: forma-se

nesse curso, portanto, um docente especializado com muito pouca formação como professor, com insuficiente experiência teórico-prática consistente como professor de ensino fundamental. A ênfase nas características e dificuldades específicas das diversas deficiências reiterou, ainda mais uma “especificidade docente” que não levou em conta perspectivas ampliadas sobre a relação entre fracasso escolar e processos pedagógicos.”

Mesclando uma postura autoritária, devido sua formação resultante de uma época conservadora, e uma atitude mais democrática vão-se fazendo um roteiro de intenções e ações. Na maioria das vezes, situamos o professor como agente de mudanças.

Ora, ser agente de transformação implica, com efeito, nisto: a capacidade de criar condições - objetivas e subjetivas - para a mudança da realidade (VASCONCELLOS, 1996, p. 31).

Isso depende da formação e do entusiasmo de cada professor em desvincular-se de antigos hábitos que lhes foram transmitidos e procurar agir de forma mais natural, adequada à realidade da época. Incide, também, no fato de que o professor precisa dar abertura e acreditar na possibilidade de mudança. A resistência surge pelo medo de enfrentar novas opções e pelo descrédito que possuem em seus próprios potenciais, desconhecendo suas capacidades de lidarem com as situações que lhes impõem novas atitudes. O que presenciamos são inúmeros argumentos e desabafos dos professores ao se discutir o tema inclusão, entre eles:

- despreparo para trabalhar com os alunos incluídos no sistema regular de ensino;
- insegurança ao planejar atividades diversificadas para os alunos com necessidades educacionais especiais, sendo que desconhecem a metodologia adequada;
- dificuldades para desenvolver uma avaliação do rendimento das aprendizagens dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- dificuldade para um entendimento de como manter contato, aproximar-se, criar vínculos com estes alunos.

Esse descrédito resulta do estilo que lhes foram desenvolvidos. Fecha-se o ciclo, ou seja, a formação profissional resulta uma postura metódica, por não preparar para o desafio, gerando insegurança e resistência na capacidade de avançar. Como pudemos observar nas entrevistas realizadas com os professores, é

nesta insegurança é que eles apenas tentam fazer com que os alunos com necessidades educacionais especiais sintam-se bem em suas aulas, revertendo à responsabilidade de educação a professores com formação adequada, como se estes tivessem as respostas para desenvolver a aprendizagem desses alunos. O que procede na fragmentação da educação regular e da educação especial.

Esta fragmentação resulta da separação na oferta de cursos de formação para professores de ensino regular e cursos de formação para professores de educação especial. Com a realidade da Educação Inclusiva batendo à porta de nossas escolas regulares, faz-se necessário uma análise detalhada dos pressupostos e fundamentos ofertados nestes cursos e exige que não ocorra a dissociação de ambos e sim a união, que os cursos de formação de professores ofereçam subsídios teóricos, metodológicos e práticos para que o profissional tenha o preparo mínimo para atuar nos contextos da educação inclusiva. É o que nos propõe as diretrizes de Bueno (2006, p.12):

- oferecer a perspectiva de que grande parte dos problemas enfrentados pelas crianças com necessidades educacionais especiais é comum às dificuldades apresentadas por crianças consideradas normais e que é decorrente de processos pedagógicos inadequados;
- prever formação teórica sólida à docência no ensino fundamental no que refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos envolvidos tanto no “saber” como no “saber fazer”;
- oferecer formação que possibilite a compreensão global do processo educativo em escola regular que responda à heterogeneidade dos alunos, contemplando suas diferenças, entre elas a das crianças com necessidades educacionais especiais;
- não cristalizar as características das crianças com necessidades educacionais especiais como se fossem inerentes à condição de deficiência e não resultantes de relações sócio-históricas vivenciadas pela criança;
- contemplar formação sobre estratégias metodológicas e procedimentos pedagógicos específicos decorrentes das diferentes necessidades educacionais especiais.

Com poucas alterações nos cursos de formação de professores estaremos contribuindo para uma educação inclusiva mais solidificada, na qual cada agente de transformação (professor) será capaz de pensar, agir e realizar a educação inclusiva com aspectos voltados ao real objetivo da mesma: promover uma educação de qualidade, com planejamento adequado a todos os alunos, sem frustrações, medos

|
e insegurança, mas com a certeza de que está promovendo aprendizagem significativa a todos os alunos, inclusive os incluídos.

4. FAMÍLIA, NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E ESCOLA

A notícia de uma gravidez, o nascimento do bebê, é sempre motivo de alegria para os pais, que planejaram a vinda do mesmo e também para aqueles que não realizaram tal planejamento. Criam-se inúmeras expectativas sobre esta criança, ela dará continuidade à família, trará alegrias, desejos, saberes, trocas e acima de tudo vida nova ao lar. Ao momento que, se constata que esta criança apresenta necessidades especiais perceptíveis, como o caso de algumas síndromes ou alterações físicas, as quais são perceptíveis nos primeiros momentos de vida ou mesmo antes de seu nascimento através de exames clínicos, ocorre a quebra desses projetos, o sofrimento inicial dos pais é comparado à perda deste filho tão desejado, pois o diferente não se adapta aos valores da sociedade, causa preconceito, que por si gera afastamento, medo, ignorância.

A insegurança, tristeza, incerteza de como agir perante situação está presente em todas as famílias que recebem a notícia do diagnóstico médico. De acordo com Werneck (1993, p.22), “cada casal tem seu próprio tempo de reclusão, necessário para amortecer o impacto da chegada desse filho, que se dá em vários patamares, do financeiro ao emocional”. O apoio que esta família vai receber incidirá sobre os novos planos a serem elaborados, preparativos especiais para receber esta criança, o que repercutirá no desenvolvimento da mesma.

Observa-se que a criança sente, mesmo inconscientemente, o sentido que lhe é dado pelos pais, descobrindo o lugar que ocupa no grupo familiar. O papel que a dificuldade de aprendizagem da criança desempenha na família pode tornar impossível distinguir, no seio da sua totalidade, onde acaba o problema com o filho e onde começa a neurose dos pais. Os limites que terá esta criança, gerado pelas suas dificuldades ou o seu atraso no desenvolvimento, são condicionados não só pelo fator orgânico, como também, e principalmente, pelas atitudes familiares, que incentiva, ou impedem as tentativas do sujeito de se situar no mundo.

A criança primeiramente se adapta (logo após o nascimento) ao grupo familiar mais restrito, que tem no pai e na mãe suas principais características. A família tem seu próprio crescimento, e a pequena criança experimenta mudanças que advêm de gradual expansão e das atribuições familiares. (WINNICOTT, 1997). Apesar de a família proteger a criança do mundo exterior, deixando-a restrita ao seio familiar, aos

poucos vão sendo introduzidos, parentes, vizinhos e os primeiros grupinhos de crianças, até a idade de ir para a escola.

Esta adaptação ao ambiente externo deve ser feita de maneira gradual, com o intuito de levar a criança a se sentir segura para encarar um mundo mais vasto e vai depender muito da maneira como os pais apresentam o seu filho à realidade externa. Para que a criança tenha um bom desenvolvimento é de suma importância que ela esteja inserida em um ambiente que lhe dê a oportunidade de, gradualmente, tornar-se uma pessoa ativa em sua comunidade. É o ambiente circundante que torna possível o crescimento de cada criança; sem uma confiabilidade ambiental mínima, o crescimento pessoal da criança não pode se desenrolar, ou desenrolar-se com distorções. (WINNICOTT, 1997).

Desde o nascimento, a mãe é, geralmente, a pessoa que passa mais tempo com a criança, cabe a ela proteger quando necessário e oferecer-lhe a convivência com o mundo, para que esta vá, gradualmente tornando-se independente e preparada. Segundo Winnicott (1997) quando uma criança se retrai, pode ser sinal que algo pode estar errado com sua mãe, que se julgava perfeita. Algumas mães querem que seu filho cresça, que encontre o mundo, mas existem outras mães que talvez inconscientemente, não permitem que seu filho cresça, pois sentem uma grande insegurança, e medo de que se tornando independente ela perderá o papel de mãe e com isso perderá seu filho. Esta insegurança da mãe passa para a criança, e esta por sua vez torna-se cada vez mais dependente, com um comportamento relutante em dar um passo sozinho ou explorar o desconhecido.

Há casos de famílias que parecem muito bem estruturadas e unidas, até que apareça qualquer problema mais grave com um dos filhos, o mau desenvolvimento deste filho causa um sentimento de frustração nos pais, gerando com isto uma desintegração familiar muito grande, que acaba prejudicando muito, todos os componentes desta família, os pais sofrem e normalmente acabam se afastando um do outro e até mesmo deste filho. Quase sempre é a indiferença dos pais para com este filho, que de alguma maneira difere de seus outros filhos, baseia-se em uma já existente falta de harmonia entre os pais, que se origina ou resulta de desarmonia sexual, ou no fracasso na adaptação, baseado no ambiente indesejável para o qual contribuíram ambos os pais ou um deles.

É de extrema importância o meio que a criança se desenvolve; fatores como a qualidade de nutrição e estimulação, a situação emocional da família, as influências sócio-culturais e a afetividade entre os pais e deles para com seu filho, fatores estes

que podem propiciar ou desfavorecer a capacidade da criança para desenvolvem sua aprendizagem. Teóricos desenvolveram estudos referentes à educação e a maneira como os alunos aprendem, entre eles pode-se destacar Lev Semenovitch Vygotski.

Vygotski foi um psicólogo que dedicou sua vida a estudos referentes ao papel da escola no desenvolvimento mental das crianças. Considerava o ambiente um fator decisivo na formação intelectual da pessoa, ou seja, o homem modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem. Cabe ressaltar que, para Vygotski, a instituição escolar é muito significativa na formação do conhecimento, é necessária a participação de um adulto nas atividades que a criança desenvolve, sendo este o mediador destas aprendizagens.

Isso torna o professor um ser importante nas intervenções pedagógicas, ele é responsável pela mediação no processo ensino aprendizagem, pois segundo Vygotski o que nos difere de outros animais são as funções psicológicas superiores, entre elas a consciência e o discernimento e estas só são desenvolvidas através do aprendizado. A maioria das crianças nasce com condições biológicas para andar, falar, interagir com o mundo a sua volta, porém ela só desenvolverá essas funções se as aprender com pessoas mais velhas, daí a necessidade da contribuição de um adulto na formação do conhecimento das crianças.

Para Vygotski (1989) é fundamental a presença de pessoas para que as crianças desenvolvam suas potencialidades. O professor é a pessoa que dentro das instituições escolares realiza a mediação entre o aprendizado e seus alunos, identifica as capacidades e limitações dos mesmos e desenvolve seu trabalho auxiliando-os em sua formação. Vygotski (1989) desenvolveu o conceito da zona de desenvolvimento proximal, identificada pela capacidade que a criança já tem para desenvolver determinada atividade e o que ela ainda precisa aprender para realizar a atividade sozinha.

A educação é um direito de todos assegurado por leis. Vygotski (1989) ressalta em seus estudos a importância da escola na aquisição dos conhecimentos, o que vêm ao encontro da Constituição Federal (1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, do Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90, garantindo acesso e permanência à escola para todos os cidadãos. A educação inclusiva vem complementar e ampliar esse direito, nela a pessoa com necessidades educacionais especiais também vai ter o direito de frequentar as classes regulares de ensino, receber atendimento diferenciado, integrando, interagindo e promovendo

sua aprendizagem.

No entendimento do “normal e do estigmatizado” observa-se que os mesmos não são pessoas concretas e sim perspectivas que são geradas em situações sociais. Assim nenhuma diferença é em si mesma vantajosa ou desvantajosa, pois a mesma característica pode mudar sua significação dependendo dos diversos olhares que se lançam sobre elas. Isto significa que o olhar dos pais sobre os filhos, dos professores sobre os alunos, das instituições sobre os indivíduos, contribuem para a criação dos estigmas.

As idéias de VYGOTSKY (1989) fornecem uma base de abordagem relevante para a compreensão destas questões quando relacionadas às “crianças desfavorecidas” ou as que têm “necessidades especiais”, ao afirmar que as deficiências corporais afetam antes de tudo as relações sociais dos indivíduos e não suas interações diretas com o ambiente físico.

Partindo da concepção de que as instituições sociais estabelecem categorias de pessoas que têm a probabilidade de serem por elas aceitas, situamos a instituição escolar enquanto agência de cristalização dos estigmas com uma enorme dificuldade de acolher a diversidade. Mesmo aqueles que não apresentam sinais físicos de “anormalidade” são estigmatizados por não apresentarem um perfil acadêmico considerado normal. A escola ao longo da história vem pontuando seus critérios de seleção na busca da homogeneidade, traduzindo em sua proposta teórico-metodológica e em suas relações intersubjetivas sua incapacidade de trabalhar com a diferença.

Apesar de assimilado o princípio constitucional da “Educação para todos”, a cultura escolar, através de suas práticas e conteúdos predominantemente estabelecidos não abre espaço para a massa diversificada de alunos, com desigual capital de origem familiar e social, com desiguais expectativas e interesses que se enfrenta com conteúdos e ritos pedagógicos de transmissão de conhecimentos homogêneos. A incapacidade de tornar a turma homogênea, o desconforto dos professores perante alunos com necessidades educacionais especiais, a desestruturação escolar em relação ao espaço físico e aspectos, recursos pedagógicos, tornam a inclusão um sonho não alcançado.

A exclusão sempre existiu e hoje já se fala em excluir a exclusão. Para que isso ocorra é necessário modificar a mente humana, que tem desenvolvido maneiras absurdas de exclusão: em relação à raça, cor, escolhas sexuais, cultura, deficiências entre outras. A sociedade cria “modelos” estereotipados de normalidade e acaba

excluindo a todos que não se enquadram neste padrão, julgamentos obscenos a respeito da individualidade do ser humano. O preconceito e a exclusão caminham lado a lado, mostrando a cada cidadão seu lugar na sociedade. Pessoas carentes, com poucas condições de se vestir bem ou de morar em lugar digno, descente, pessoas com deficiências aparentes ou não, entre outras características utilizadas pela sociedade para avaliar e promover a exclusão através do preconceito, sentimento errôneo que deveria primeiramente ser excluído para tornar a vida em sociedade mais harmoniosa.

O termo inclusão vem tendo amplo significado desde a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) e traz inúmeras dúvidas, críticas, crenças e significados. Para “incluir” não basta matricular o aluno com necessidades educacionais especiais e esquecer dele, deixando-o na sala sem atendimento ou adaptações necessárias para este atendimento. Segundo a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994, p.17-18):

O termo necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves.

Portanto, é dever da escola assegurar a todos o máximo de desenvolvimento de potencialidades, de capacidades, de habilidades cognitivas, afetivas e emocionais, promovendo uma educação de qualidade, com significado a todos os alunos, sendo eles incluídos ou não. Esta educação não ocorre sozinha, ela deve contar com a participação, o comprometimento e o envolvimento de todos, professores, alunos, pais e comunidade. Educar na diversidade, ampliando horizontes, proporcionando um ensino voltado aos alunos, incluídos ou não este é o real significado da educação, mediar o ensino, oferecer caminhos, buscar soluções e acreditar no sucesso de seu trabalho, está é a maior força, a maior vitória que o professor tem em suas mãos.

A criança com Dificuldades de Aprendizagem (DA) sofre sutilmente com a exclusão das políticas educacionais, pois são encaradas como ameaças para os recursos financeiros destinados ao setor. Mesmo que este investimento tenha melhorado nos últimos tempos, a aplicação de recursos em educação referentes ao nosso Produto Nacional Bruto é muito pequena, e faltam recursos para contratar professores qualificados para atender os alunos incluídos, bem como para contratar mais professores, uma vez que as salas de aula estão superlotadas e o atendimento

que muitas vezes ou quase sempre deveria ser individual de acordo com a necessidade ou dificuldade que o aluno apresenta. Faltam recursos para manter as escolas com o material básico necessário para o funcionamento, como folhas, lápis, borracha, cadernos, entre outros. Situação que preocupa, pois se pode constatar na fala de uma pessoa da equipe diretiva da escola na qual se realizou o estudo:

“Na minha opinião a inclusão não acontece como deveria, pois os regentes de classe não receberam instrução/formação para tal e o apoio da Secretaria da Educação é insuficiente.” (Professor I).

A educação, direito de todos assegurado por lei vai se tecendo sua história sob inúmeras dificuldades, desde falta de formação adequada professores para atuar com alunos incluídos, falta de material necessário para um bom desenvolvimento das aulas, infra-estrutura precária das escolas, recursos humanos insuficientes, entre outros fatores que preocupam quem está na labuta diária do ensino.

A criança que apresenta Dificuldades de Aprendizagem tem necessidade de um atendimento individualizado ou atendimento especial e não pode ser ignorada, deixada de lado pelo professor, como se não fosse possível reverter a situação. As DA precisam de um diagnóstico de um profissional preparado com formação adequada para reconhecer, orientar e subsidiar o aluno e o professor.

Para Fonseca (1995, p. 71):

Dificuldades de aprendizagem (DA) é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio matemático. Tais desordens consideradas intrínsecas ao indivíduo, presumindo que sejam devidas a uma disfunção do sistema nervoso central, podem ocorrer durante toda vida. Problemas de auto-regulação do comportamento, na percepção social e na interação social podem existir com as DA. Apesar das DA ocorrerem com outras deficiências (por exemplo, deficiência sensorial, deficiência mental, distúrbios sócio-emocionais)...

As DA trazem até o nosso convívio um convite à pesquisa, pois através dela, chegamos a um conhecimento aprofundado do assunto. Toda estrutura educacional sofre muito com as discriminações e problemas trazidos com as DA. E o professor, uma das peças chaves, está sendo preparado para deparar-se com a atual situação?

Considerando, as novas perspectivas da educação, hoje sentem a necessidade de fazermos uma retrospectiva das ações escolares e a partir destas, analisarmos as posturas exercidas pelos educadores onde, de acordo com Freire

(1996, p. 26).

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foram assim, socialmente aprendendo que, ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível - depois preciso - trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar.

Frente à citação, observa-se que, dentro da visão de educadores, esta trajetória educativa revela que até hoje reproduzimos um jeito de ensinar herdado pelas grandes influências de cada época. Ainda aponta as tendências resultantes da influência dos pensadores que, com suas ideias, pretendiam modificar conceitos pré-estabelecidos, de acordo com a visão que tinham da relação sobre seus estudos e a realidade.

A proposta de uma “Educação para Todos”, traz para as salas de aula regular alunos com necessidades educacionais especiais, gerando nos profissionais da educação muitas dúvidas, incertezas, medos, vindo à tona as indagações sobre seu trabalho, o despreparo para atuar com tal clientela, o novo, o desconhecido, acabam desestabilizando os professores, que inconscientemente rotulam, não aceitando este aluno no primeiro momento.

Diante das entrevistas realizadas na escola onde leciono, pode-se perceber o despreparo, o medo do diferente, do novo, o comodismo, a lacuna ou a insuficiente informação repassada nos cursos de formação dos profissionais da educação. Na matriz curricular dos cursos de formação de professores muitas vezes não se pensa no aluno incluso, mas ele está presente na realidade escolar, ele é real, existe, está presente e necessita de atendimento diferenciado e o professor não está preparado para trabalhar na diversidade. Ou seja, é preciso conhecer o que passou, procurar compreender o que se vive na realidade e agir sobre ela. Isso depende da formação e do entusiasmo de cada professor em desvincular-se de antigos hábitos que lhes foram transmitidos e procurar agir de forma mais natural, adequada à realidade da época. Incide, também, no fato do professor precisar dar abertura e acreditar na possibilidade de mudança. A resistência surge pelo medo de enfrentar novas opções e pelo descrédito que possuem em seus próprios potenciais, desconhecendo suas capacidades de lidarem com as situações que lhes impõem novas atitudes.

Somos chamados a repensar nossas práticas pedagógicas, a aceitar e trabalhar as diferenças em sala de aula, utilizando-as como um recurso metodológico através do qual se forneça oportunidades de aprendizagem para todos, professores e alunos. A regra dita “normal” entre os professores é que

todos os alunos deveriam ser iguais a fulano, desejam que a sala seja homogênea, onde todos estão prontos, iguais no aprendizado, mesmo nível. Sala que nunca existiu e nunca vai existir, a diversidade prova cada vez mais a pertinência da heterogeneidade, e está na hora de todos assumirem seu papel de verdadeiros educadores comprometidos a mudar, procurar ajuda e desenvolver através das diferenças aprendizagens significativas e coerentes a cada indivíduo tornando-os sujeitos ativos e capazes de sentir-se inseridos na sociedade em que vivem. Nesse sentido, a natureza nos contempla com harmonia. Ela nos faz sentir que somos diferentes dos demais seres, justamente pelo dom que possuímos de sentir.

5 ALGUMAS ANÁLISES E REFLEXÕES

A educação é um direito assegurado por lei para todos os cidadãos da sociedade, independente de cor, raça, sexo, condição social e vem se desenvolvendo de maneira satisfatória. Surge um novo ideal de educação, com os olhos voltados as pessoas que durante anos a sociedade manteve excluídos do convívio social, segregados, exilados e experimentando sentimentos de rejeição. A exclusão era considerada uma “normalidade” dentro das sociedades, as quais não aceitavam indivíduos com deficiências.

Cabe ressaltar o distanciamento entre os conceitos integração e inclusão:

- **integração:** inserir as pessoas com necessidades educacionais especiais para conviver em sociedade;

- **Inclusão:** modificar a sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades educacionais especiais desenvolver-se e exercer sua cidadania.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

As necessidades educacionais especiais dos alunos, advindas de suas deficiências, não deveriam ser por si mesmas uma barreira para o ingresso e permanência na escola regular, desde que essa estivesse equipada com os recursos didático-pedagógicos específicos e profissionais capacitados para lidar com a diversidade dos alunos, atuando na perspectiva da educação democrática, com possibilidades de autonomia para todos. Nas pesquisas realizadas pode-se notar a preocupação dos professores em relação a estes aspectos, pois relatam a falta de capacitação como um grande impasse na educação inclusiva, sua formação foi precária em relação ao tema e hoje o que conseguem realizar são mínimas adaptações, a grande maioria preocupa-se em fazer o aluno com necessidades educacionais especiais se sentir bem durante suas aulas, o mínimo que realizam.

Sabe-se que a proposta de uma escola inclusiva vem crescendo, solidificando-se através de processo de adequação das escolas, sendo que a

inclusão acontece diariamente com a presença, com o envolvimento, com o comprometimento das pessoas envolvidas. O processo ensino aprendizagem é um procedimento de relações entre professores, alunos e colegas entre si, onde se destacam aspectos emocionais, afetivos, de conhecimento, condições de organização de trabalho, conteúdos da humanidade, realidade cotidiana, problemas, fenômenos, fatos, e neste emaranhado de aspectos educacionais, na interação entre eles é que se tece o processo de educação. A educação escolar contribui para a ampliação da compreensão da realidade, na medida em que os conhecimentos preparam culturalmente os alunos a se perceberem como sujeitos ativos da sociedade. Portanto é dever da escola assegurar a todos o máximo de desenvolvimento de potencialidades, de capacidades, através de um trabalho pedagógico voltado a diversidade.

Porém, de nada adianta mudar e adaptar a escola se o professor continuar com sua postura preconceituosa em relação às crianças com necessidades educacionais especiais. Ele não recebeu suporte teórico, nem prático no seu curso de formação, conseqüentemente sente-se amedrontado ao defrontar-se com a realidade em sala de aula, onde estão presentes cada vez mais os alunos inclusos. Também não podem fazer de conta que eles não existem que são apenas mais um número na lista de chamada, qual é então o caminho a ser trilhado nesta nova concepção de educação inclusiva?

A intenção é exatamente esta, suscitar a permanente inquietude, através da reflexão das ideias expostas neste trabalho de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, o qual se pretende que seja um instrumento de reflexão para a educação inclusiva: integrar x incluir educar na diversidade. Sentindo a necessidade de práticas mais coerentes com o discurso promovido por educadores ditos conscientes, mas que perpassam décadas e continuam na teorização é que se propôs este trabalho procurando destacar os fatores que concorrem para a permanência de comportamentos que refletem uma pedagogia pouco inovadora.

Tendo presente as preocupações inerentes à prática pedagógica, a partir da análise e observações oportunizadas pela pesquisadora constata-se que à medida que o tempo foi passando as instituições educacionais investiram em seus profissionais para o ensino regular, porém para os alunos com necessidade educacionais especiais tem-se uma lacuna. Observa-se então que há muito tempo faz-se necessário que educadores tenham consciência da necessidade de se investir em um trabalho docente voltado à diversidade, com o objetivo de promover

uma aprendizagem significativa a todos os alunos inclusive e em especial aos com necessidades educacionais especiais, que se encontram incluídos nas classes regulares da escola.

A educação inclusiva vai muito além de simplesmente matricular o aluno com necessidades educacionais especiais em classes regulares e garantir a frequência e permanência dele ali. Toda a escola precisa adaptar-se a esta nova realidade, para isto precisa ser pensada, construída e alicerçada por todos, professores, alunos, comunidade e familiares, todos trabalhando em prol da educação para todos, pois o número de alunos incluídos nas salas de aula regular não para de crescer e sabe-se que a deficiência causa curiosidades extremas, o que percebemos no relato da professora de Educação Especial:

“Este processo não é nada fácil, pois a primeira barreira a ser vencida é o preconceito que cada sujeito carrega consigo, ao olhar, por exemplo, uma criança com síndrome de Down, já olha e pensa: “Lá vem essa excepcional para minha sala, a mongolóide” e muitas vezes deixam-nas de lado sem ao menos oferecer a oportunidade para que possa desenvolver-se e aprender.”.

As pessoas envolvidas no processo ensino aprendizagem, em especial os professores e alunos, precisam tomar consciência de que cada ser humano é único e insubstituível, independente de seu aspecto físico ele tem direito a ser incluído, atendido e respeitado na sociedade, na escola, na vida e na convivência com as demais pessoas. A escola como proposta inclusiva deve iniciar este processo de socialização do indivíduo; através de práticas diferenciadas, promovendo a autoestima, o bem estar e demonstrando que todos são capazes de conviver e atuar em sociedade, dentro de suas potencialidades e respeitando suas individualidades.

A partir das entrevistas coletadas pelos sujeitos participantes da pesquisa, e das leituras realizadas, percebe-se que proposta da educação inclusiva é ampla, complexa e ainda há um longo caminho para que seja completamente alcançada, se é que isto é possível. Alguns passos já estão sendo dados para que isto aconteça, ela deve iniciar na cabeça das pessoas, aceitando a pessoas com necessidades educacionais especiais e tratando-a como um ser humano digno de respeito, dedicação e carinho. Nesta nova abordagem o professor deve ser visto como alguém que vai atuar em sua vida profissional com alunos inclusos, para tanto precisa receber formação qualificada, como nos coloca a professora de Educação Especial entrevistada na escola:

“A inclusão total tão pregada por Mantoar só acontecerá no Brasil quando o sistema educacional se modificar e os educadores desde sua formação inicial compreendam que o aluno não é uma caixinha cheia de gavetas aonde vai se

depositando conteúdos e que nunca, jamais em tempo algum teremos uma sala de aula homogênea e com mesmos ritmos de aprendizagem.”

Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está em nossa Constituição desde 1988, mas que ainda não se tornou realidade para milhares de crianças que apresentam necessidades educacionais especiais, vinculadas ou não a deficiência.

A falta de apoio pedagógico a essas necessidades especiais pode fazer com essas crianças não estejam na escola: muitas vezes as famílias não encontram escolas organizadas para receber a todos e, realizar um bom atendimento, o que é uma forma de discriminar. A falta desse apoio pode também fazer crianças abandonem as escolas depois de pouco tempo de freqüência, ou permanecerem sem progredir para os níveis mais elevados de ensino, o que é uma forma de desigualdade de condições de permanência.

Escola inclusiva é aquela que garante qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada juntamente com as bibliografias consultadas sobre o tema Educação Inclusiva: Integrar X Incluir Educar na Diversidade, comprovam que a educação inclusiva é discussão recente, uma área de estudo bastante nova no processo pedagógico, mais específico na Pedagogia, revelando uma série de lacunas nos aspectos relacionados à formação dos professores.

O presente estudo teve como objetivos conhecer o histórico da educação especial, analisar como acontece a educação inclusiva através de pesquisa qualitativa com professores de uma escola da rede municipal de ensino, a formação dos professores e o desafio da prática docente na educação inclusiva, o papel da família no desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, a contribuição da Teoria Vygotskiana e a escola para todos.

A partir do estudo de caso realizado em uma escola localizada em um município da região central do Rio Grande do Sul, surgiram inúmeras reflexões, com a participação dos professores na pesquisa quantitativa pode-se constatar que o profissional preparado para atender os alunos com necessidades educacionais especiais sempre foi uma proposta dissociada da formação normal dos professores, motivo pelo qual se sentem despreparados, desamparados, com dúvidas, medos e angústias frente às classes regulares com alunos incluídos.

A grande queixa da maioria dos professores entrevistados é justamente a falta de disciplinas sobre o assunto inclusão, no currículo da formação destes, isto facilitaria seu trabalho em relação à educação inclusiva. Através das leituras realizadas se percebe que as discussões sobre o tema são gerais e muito preocupantes, uma vez que a inclusão está presente nas escolas e precisa contar com o apoio de todos para se concretizar, professores, alunos, pais e comunidade. Também são necessárias adaptações no espaço físico da escola, da sala de aula, das metodologias, das avaliações, entre outras. Não basta acolher, devemos dar suportes para que os alunos com necessidades educacionais especiais desenvolvam-se de maneira positiva em sua aprendizagem, avançando nos conteúdos aprendidos, no pensamento crítico, na participação das atividades escolares, bem como na sociedade, opinando, sugerindo e auxiliando no que for necessário.

Um dos objetivos da educação inclusiva é proporcionar aos alunos com necessidades educacionais especiais a matrícula no ensino regular, não apenas

dividir a mesma sala de aula com demais alunos ditos “normais”, mas para que os profissionais que atuam com ambos revejam sua prática e proporcione um estudo que desenvolva o potencial dos alunos com necessidades educacionais especiais, que respeite suas diferenças, que conheça, aceite suas limitações e atenda às necessidades de forma acessível quanto ao espaço físico, adaptações metodológicas, convivência com o grupo.

Cabe ressaltar que ainda há muito a ser feito para que a educação inclusiva tenha suas pretensões alcançadas, mas durante a realização do trabalho foi possível perceber que os primeiros passos já foram dados nesta escola, sendo que conta com o apoio de uma Educadora Especial que oferece atendimento especializado ao aluno com necessidades educacionais especiais e apoio pedagógico, mesmo que pouco, aos professores.

Analisando os materiais coletados e as leituras realizadas, conclui-se que é possível promover uma educação inclusiva que objetive a todos os alunos atividades para desenvolver o potencial e as habilidades de cada um, sem distinções. Aos professores é necessário oferecer apoio através da pessoa da Educadora Especial que atende os alunos na referida escola e proporcionar reuniões, troca de experiências, encontros ou cursos que desenvolvam assuntos relacionados a inclusão, para que consigam desenvolver seu trabalho de maneira mais tranquila e capazes de atuar com todos os alunos, inclusive os que apresentam necessidades educacionais especiais com novas perspectivas.

A escola é o espaço destinado à troca de experiências, aquisição de conhecimentos, reconhecimento de habilidades e potencialidades, onde os profissionais se preparam para receber alunos em suas salas de aula com as mais diferentes características individuais e são responsáveis por desenvolver seu trabalho proporcionando atividades diferenciadas, comprometidos com uma educação inclusiva de qualidade.

Finalizando, espero que este estudo possa contribuir para um melhor conhecimento da educação inclusiva, do histórico da educação especial, ressaltando os importantes avanços da mesma, a contribuição da Teoria de Vygotski no processo de aprendizagem dos alunos, o quão importante é a participação efetiva da família na educação dos alunos. Desejo que através da leitura deste trabalho monográfico, os leitores possam perceber que cada aspecto tem sua contribuição para promover mudanças na educação, promovendo assim uma educação de qualidade para todos.

7. REFERÊNCIAS

Brasil. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988:atualizada até a Emenda Constitucional n.20, de 15-12-1998.21.ed.São Paulo:Saraiva, 1999.

Brasil. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Corde, 1994.

Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Federal nº.8069/1990. Santa Maria: Pallotti, 1996.

Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394,** 20 de dezembro de 1996, Brasília: MEC.

Brasil. **Política Nacional de educação especial.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

Brasil. **Plano decenal de educação para todos.** Brasília: MEC, 1993.

BUENO, J. G. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?**

Disponível em:

http://educacaoonline.pro.br/art_crianças_com_necessidades_ee.asp?f_id_artigo=59

. Acesso em 05 novembro 2010.

COLL, César. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. **Educação Especial.** Módulos 1 a 4. F Janeiro: Fundação CECIERJ, v.1, 2004.

FONSECA, Victor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem.** 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LUNARDI, Márcia Lise. **A produção da anormalidade surda nos discursos da Educação Especial.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

NUNES, L.R. O; GLAT, R; FERREIRA, J; MENDES, E.G. **Formação de recursos humanos em educação especial. Questões atuais em educação especial.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

OMOTE, Sadao. **Aparência e competência em Educação Especial.** In: Dias, Tércia R. da S. et.al(org). **Temas em Educação Especial 1.** São Carlos, 1990.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor Resgate do Professor como sujeito de transformação.** São Paulo: Ed. Libertd, 10ª ed., 1996.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes. 3.ed., 1989.

_____. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes. 2.ed., 1989.

WERNECK, Claudia. **Muito prazer eu existo: um livro sobre pessoas com Síndrome de Down.** Rio de Janeiro. WVA, 4. ed., 1993.

WINNICOTT, D. W. 1997. **A Família e o desenvolvimento Individual.** São Paulo: Martins Fontes.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Questionário aplicado aos professores da escola

Este questionário foi aplicado aos professores que trabalharam na escola e tem em suas turmas alunos inclusos.

PROFESSOR A:

1. Na sua escola e/ou turma existem alunos incluídos?

Sim.

2. Como você professor percebe a inclusão desse aluno?

Não sabe ler, escrever e falar.

3. Quais são as adaptações metodológicas que você realiza para atender este aluno?

Como não tenho formação para tal faço com ela sintá-se bem na minha aula. Dou-lhe afeto, tenho certeza que 4 horas por dia numa sala como eu a vejo é um tédio.

4. Você recebe apoio de algum profissional para realizar seu trabalho com este aluno?

Não na sala de aula. Ela frequenta a APAE.

5. Como é este apoio? É suficiente? Como você se sente perante a situação?

1. Não sei.

2. Com certeza que não.

3. Como um grão de areia no oceano.

6. Em sua opinião, o que mais poderia ser realizado para auxiliar seu trabalho?

O que eu acho é que as pessoas inclusas deveriam frequentar a APAE (construção do conhecimento). Na escola regular, na minha opinião serve apenas para a socialização.

PROFESSOR B:

1. Na sua escola e/ou turma existem alunos incluídos?

Na nossa escola tem alunos inclusos.

2. Como você professor percebe a inclusão desse aluno?

Se percebe que eles gostam da escola. Vem bem contentes para a escola. Percebe-se que os colegas aceitam e respeitam esses alunos.

3. Quais são as adaptações metodológicas que você realiza para atender este aluno?

Procuro atendê-los da melhor forma possível, respeitando suas limitações, mas sinto que não tenho formação para trabalhar com esses alunos.

4. Você recebe apoio de algum profissional para realizar seu trabalho com este aluno?

Sim, tem uma professora de Educação Especial que atende estes alunos.

5. Como é este apoio? É suficiente? Como você se sente perante a situação?

É duas vezes por semana. Mas não é suficiente. Deveria se diariamente.

6. Em sua opinião, o que mais poderia ser realizado para auxiliar seu trabalho?

Deveria ter atendimento integral desses alunos.

PROFESSOR C:

1. Na sua escola e/ou turma existem alunos incluídos?

Na nossa escola tem alunos inclusos.

2. Como você professor percebe a inclusão desse aluno?

Percebo que os alunos vêm para a escola muito felizes, gostam da escola. São aceitos e respeitados pelos demais colegas.

3. Quais são as adaptações metodológicas que você realiza para atender este aluno?

Sempre procurei realizar trabalhos dentro das capacidades e limitações de cada um, fazendo com que se sintam bem.

Sinto-me pouco preparada para trabalhar com alunos inclusos.

4. Você recebe apoio de algum profissional para realizar seu trabalho com este aluno?

Sim. Tem uma educadora especial, mas está dando a assistência necessária.

5. Como é este apoio? É suficiente? Como você se sente perante a situação?

É realizado em dois dias da semana. Não é suficiente, deveria ser diariamente, os alunos não estão recebendo atendimento satisfatório.

6. Em sua opinião, o que mais poderia ser realizado para auxiliar seu trabalho?

Deveria ter atendimento integral.

PROFESSOR D:

1. Na sua escola e/ou turma existem alunos incluídos?

Na nossa escola existem alunos inclusos.

2. Como você professor percebe a inclusão desse aluno?

A inclusão favorece a socialização dos alunos, no entanto o professor não consegue suprir todas as necessidades deste aluno devido ao pouco tempo em sala, o ideal seria que todos os alunos inclusos frequentassem a APAE no turno inverso.

3. Quais são as adaptações metodológicas que você realiza para atender este aluno?

*Trago trabalhos diferenciados no nível dos alunos inclusos. Procuo ficar mais próxima deles para atendê-los melhor, colocando suas classes próximas a mim.
Trabalho com histórias e brincadeiras o respeito as diferenças.*

4. Você recebe apoio de algum profissional para realizar seu trabalho com este aluno?

A educadora especial da escola disponibilizou-se a ajudar quando necessário.

5. Como é este apoio? É suficiente? Como você se sente perante a situação?

O apoio nem sempre é suficiente em certos momentos sinto-me impotente, por nem sempre conseguir atender os alunos da maneira que é necessário.

6. Em sua opinião, o que mais poderia ser realizado para auxiliar seu trabalho?

Na minha opinião turmas que tem alunos inclusos deveriam ter um monitor para auxiliar o professor

PROFESSOR E:

1. Na sua escola e/ou turma existem alunos incluídos?

Sim, tenho 3 alunos inclusos na turma 71.

2. Como você professor percebe a inclusão desse aluno?

É uma situação muito difícil, pois além dos alunos com dificuldades normais de aprendizagem, temos 3 alunos com deficiência mental incluídos na mesma turma. Destes 3, dois não são alfabetizados. Então todas as atividades tem que ser dirigidas (leitura, interpretação). Não tive resultados satisfatórios, pois todas as atividades propostas não foram realizadas com autonomia..

3. Quais são as adaptações metodológicas que você realiza para atender este aluno?

Na realidade as adaptações são realizadas pela professora responsável pela sala de recursos. Geralmente são refeitas as avaliações levando em consideração as dificuldades de cada aluno. Procuo trabalhar com atividades sobre o mesmo conteúdo retirados de livros de 2º, 3º e 4º anos.

4. Você recebe apoio de algum profissional para realizar seu trabalho com este aluno?

Recebo apoio da professora responsável pela sala de recursos.

5. Como é este apoio? É suficiente? Como você se sente perante a situação?

Recebo orientações sobre os tipos de deficiência e o que cada aluno pode render. Também são realizadas as provas adaptadas à realidade de cada aluno, na sala de recursos. Sinto-me frustrada, pois não consigo dar a atenção que eles merecem.

6. Em sua opinião, o que mais poderia ser realizado para auxiliar seu trabalho?

Acredito que a inclusão social, acontece em parte, pois ainda temos muitos alunos com preconceito. Porém para que aconteça a inclusão (escolar) formal seria interessante o professor ter a ajuda de um monitor para assessorar na aprendizagem e no desenvolvimento das atividades propostas. Também seria interessante orientações (curso) para o professor poder atender melhor o aluno, sem discriminá-lo e também não deixar de lado os alunos (ditos normais) que precisam de uma atenção especial.

PROFESSOR F:

1. Na sua escola e/ou turma existem alunos incluídos?

Sim, existe.

2. Como você professor percebe a inclusão desse aluno?

Alguns percebo pela dificuldade em sala de aula, outros por que nos foram orientados.

3. Quais são as adaptações metodológicas que você realiza para atender este aluno?

Para ser sincera não uso formas diferenciadas de ensino apenas tento orientá-los de forma mais simples e diminuo a exigência. Os alunos da escola possuem atendimento com a educadora especial, esta que nos orienta como agir.

4. Você recebe apoio de algum profissional para realizar seu trabalho com este aluno?

Sim, da professora de educação especial.

5. Como é este apoio? É suficiente? Como você se sente perante a situação?

O apoio é bom pois os casos que temos na escola não são graves. Desta forma sinto-me bem orientada e segura para agir em sala de aula.

6. Em sua opinião, o que mais poderia ser realizado para auxiliar seu trabalho?

No momento acredito que tudo está sendo feito pois eles tem atendimento na APAE e sala de recursos dentro da escola. Em sala de aula procuro tratá-los as mesma forma que os outros porém aceitando sua diferenças.

PROFESSOR G:

1. Na sua escola e/ou turma existem alunos incluídos?

Sim.

2. Como você professor percebe a inclusão desse aluno?

Percebo quando é proposta uma atividade e ele não compreende, ou quando é questionado e ele não responde adequadamente ou nem responde.

3. Quais são as adaptações metodológicas que você realiza para atender este aluno?

Alguns recebem atividades diferenciadas quando a dificuldade é maior, outros peço ajuda para os colegas ajudarem e explicarem, deixo usar a calculadora.

4. Você recebe apoio de algum profissional para realizar seu trabalho com este aluno?

Em parte sim, porque tem professora de Educação Especial.

5. Como é este apoio? É suficiente? Como você se sente perante a situação?

Converso com a professora durante o recreio, ela realiza as avaliações com alguns alunos e sugere atividades.

A maior dificuldade é com alunos auditivos que são atendidos na APAE e não existe troca ou auxílio. Me sinto incapaz e triste pois eles demonstram muito interesse..

6. Em sua opinião, o que mais poderia ser realizado para auxiliar seu trabalho?

Reuniões pedagógicas entre professores e estes educadores especiais.

PROFESSOR H:

1. Na sua escola e/ou turma existem alunos incluídos?

Sim.

2. Como você professor percebe a inclusão desse aluno?

Dentro das aulas de Educação Artística, desenvolvem os trabalhos de forma satisfatória, entregando no prazo e fazendo de forma correta.

3. Quais são as adaptações metodológicas que você realiza para atender este aluno?

Não há muita necessidade de adaptações, pois as atividades da disciplina são bem desenvolvidas.

4. Você recebe apoio de algum profissional para realizar seu trabalho com este aluno?

Não.

5. Como é este apoio? É suficiente? Como você se sente perante a situação?

6. Em sua opinião, o que mais poderia ser realizado para auxiliar seu trabalho?

Dentro do que é exigido, o resultado é plenamente alcançado.

PROFESSOR I:

1. Na sua escola e/ou turma existem alunos incluídos?

No Educandário onde trabalho existem alunos incluídos.

2. Como você professor percebe a inclusão desse aluno?

Na minha opinião a inclusão não acontece como deveria, pois os regentes de classe não receberam instrução/formação para tal e o apoio da Secretaria da Educação é insuficiente.

3. Quais são as adaptações metodológicas que você realiza para atender este aluno?

Não estou regendo classe no momento, pois trabalho na Equipe Diretiva.

4. Você recebe apoio de algum profissional para realizar seu trabalho com este aluno?

O apoio recebido é da profissional que atua na sala de recursos.

5. Como é este apoio? É suficiente? Como você se sente perante a situação?

Sempre que é necessário e a profissional da sala de recursos pode ela auxiliar. Mas afirmo que é insuficiente para o atendimento da demanda. Solicitamos a profissional da sala de recursos mais 20 hs, mas a Secretaria da Educação negou o nosso pedido.

6. Em sua opinião, o que mais poderia ser realizado para auxiliar seu trabalho?

Todos os profissionais ligados à educação deveriam receber instrução/formação para otimizar o trabalho e o resultado com certeza seria melhor.

APÊNDICE 2 - Questionário aplicado à professora de Educação Especial da escola

Este questionário foi aplicado à professora de Educação Especial que trabalha na escola atende os alunos inclusos nas classes regulares

PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL:

1. Na sua escola e/ou turma existem alunos incluídos?

Na escola onde atuo existem alunos incluídos sim.

2. Quantos alunos incluídos você atende?

Na sala de recursos onde atuo atendo hoje uma média de 10 alunos incluídos que se encaixem na nova política.

3. Como você, professora de Educação Especial percebe a inclusão desses alunos?

O processo de inclusão acontece em longo prazo e depende muito da postura de cada professor que trabalha com eles, mas a escola como um todo compreende e tenta auxiliar neste processo.

4. Quais são as adaptações metodológicas que você realiza para atender este aluno?

Quando atendo aos alunos na sala de recursos utilizo várias metodologias desde as tecnologias assistidas até adaptação de avaliações.

5. Em sua opinião o que caracteriza necessidades educacionais especiais, exclusão e inclusão?

Necessidades educacionais especiais é um termo muito amplo que foi difundido e definido na Declaração de Salamanca (1994) como todo aluno que fica marginalizado na escola ou na sociedade, abrange as deficiências e as carências, dificuldades de aprendizagem, carências sociais, culturais e econômicas que podem levar o indivíduo ao insucesso escolar. Inclusão: para mim este termo parte do princípio de aceitar o outro como ele é, respeitando suas limitações e exaltando suas potencialidades, e o que vemos na escola é que quando o

aluno não se apropria do conteúdo formal, ele torna-se excluído sem ao menos verificar "no que este aluno é bom."

6. Os professores regulares destes alunos procuram por você para receber orientações? Com que frequência você entra em contato com eles para trocar ideias, sugestões ou informações sobre os alunos?

Sim os professores procuram por orientações muitas vezes até uma vez por semana, porém sinto que falta um horário fixo com reuniões sistematizadas para ampliar estas orientações, pois acabo atendendo apenas os alunos no meu horário e sinto isto como uma falha muito grande em minha atuação.

7. Os pais dos alunos atendidos na sala de recursos são presentes na escola, quando solicitados por você? Como eles reagem ao atendimento oferecido?

Sim, na maioria das vezes os pais comparecem e reagem muito bem, gostam e valorizam os atendimentos, porém em alguns casos não comparecem e nem mandam os filhos.

8. Qual sua opinião sobre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares?

Acredito que o processo de inclusão possa ter sucesso em muitos casos, mas para que isso aconteça o sistema de educação básica necessita modificar-se também, o sistema de avaliação e os próprios cursos de formação inicial para professores deveria ter uma ênfase maior e mais clara sobre a inclusão.

Este processo não é nada fácil, pois a primeira barreira a ser vencida é o preconceito que cada sujeito carrega consigo, ao olhar, por exemplo, uma criança com síndrome de Down, já olha e pensa: "lá vem essa excepcional para minha sala, a mongolóide" e muitas vezes deixa-a de lado sem ao menos oferecer a oportunidade para que possa desenvolver-se e aprender.

A Escola formal em si ainda é extremamente conteudista e muito pouco humana, deixando de trabalhar o desenvolvimento dos alunos. Em fim sou a favor da inclusão em alguns casos e contra a inclusão total neste nosso sistema de ensino, onde para determinadas deficiências mais severas uma boa escola especial organizada em ciclos ou séries e que prepare eles para o mundo é de muito mais valia.

A inclusão total tão pregada por Montoar só acontecerá no Brasil quando o sistema educacional se modificar e os educadores desde sua formação inicial compreendam que o aluno não é uma caixinha cheia de gavetas aonde vai se depositando conteúdos e que nunca, jamais em tempo algum teremos uma sala de aula homogênea e com mesmos ritmos de aprendizagem.

APÊNDICE 3 – Carta de Liberação das Entrevistas e Questionários para Publicação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

Prezado (a) Professor (a),

Este questionário faz parte de uma pesquisa para conclusão do curso de Pós Graduação a Distância, Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional.

As informações aqui prestadas têm o único objetivo de composição de dados para o estudo que vem sendo realizado. Sua participação é muito importante. Os dados obtidos serão tratados de forma a preservar o anonimato dos respondentes.

Contando com sua participação, antecipadamente agradeço.

Fabiane J. Boeck

Professor Participante da Pesquisa

